



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

FABIANO JOSÉ DA COSTA

**Política Pública voltada ao incentivo do ensino, pesquisa e
extensão da Educação Superior Brasileira: O caso do PET
– Programa de Educação Tutorial**

Brasília – DF

2011

FABIANO JOSÉ DA COSTA

**Política Pública voltada ao incentivo do ensino, pesquisa e
extensão da Educação Superior Brasileira: O caso do PET
– Programa de Educação Tutorial**

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Professora Orientadora: Doutora Magda
de Lúcio Lima

Brasília – DF

2011

Costa, Fabiano José

Política Pública voltada ao incentivo do ensino, pesquisa e extensão da Educação Superior Brasileira: O caso do PET – Programa de Educação Tutorial / Fabiano José da Costa – Brasília, 2011.

49 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2011.

Orientadora: Prof. Dra. Magda de Lima Lúcio, Departamento de Administração.

1. Políticas Públicas. 2. Programa de Educação Tutorial. 3. Governo. I. Título.

FABIANO JOSÉ DA COSTA

**Política Pública voltada ao incentivo do ensino, pesquisa e
extensão da Educação Superior Brasileira: O caso do PET
– Programa de Educação Tutorial**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
aluno

Fabiano José da Costa

Doutora, Magda de Lima Lúcio
Professora-Orientadora

Doutor, Luiz Fernando Macedo Bessa,
Professor-Examinador

Mestre, Sueli Menelau de Novais,
Professora-Examinadora

Brasília, 15 de julho de 2011.

A minha mãe, Nilda Costa, que sempre acreditou nos meus sonhos, me apoiou e ajudou a seguir em frente, em busca dos meus objetivos.

Aos meus irmãos Fábio e Jefferson por sempre acreditarem no meu sucesso.

Aos meus sobrinhos Cybelle e Kauã que trouxeram muita alegria a toda família.

E aos meus amigos que, num ou noutro momento, estiveram comigo torcendo por minhas conquistas.

Dedico a todos vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre me abençoou e me indicou a direção correta, me fazendo acreditar, sempre que não achava mais possível acreditar.

A minha mãe, Nilda José da Costa, que sempre acreditou nos meus sonhos, me apoiou e ajudou a seguir em frente em busca dos meus objetivos.

Aos meus irmãos Fábio e Jefferson por sempre acreditarem no meu sucesso.

Aos meus sobrinhos Cybelle e Cauã que trouxeram muita alegria a toda família.

Ao amigo Jonas Gonçalves, que sempre me ajudou e aconselhou, principalmente nos momentos de dificuldades.

A Jeane Jaqueline, pessoa bastante especial e querida, que muito me ajudou e contribuiu para várias de minhas conquistas, essa em especial.

A Professora Magda, minha orientadora, pela prestatividade e atenção incondicional.

E aos meus amigos, que num ou noutro momento, estiveram comigo torcendo por minhas conquistas.

RESUMO

O presente trabalho trata do Programa de Educação Tutorial – PET, um programa abrangente de concessão de bolsas de estudos, financiado pelo Ministério da Educação, que incentiva atividades extracurriculares e visa promover a capacidade crítica do aluno por meio de uma formação ampla e de qualidade dos alunos de graduação das Instituições de Ensino Superior. Atualmente é Coordenado pela SEsu/MEC. Em 1997 e 1998 o Programa passou por duas grandes avaliações, baseadas nos resultados práticos da execução das atividades, como desempenho acadêmico, comparação com alunos de iniciação científica e outros alunos. Na oportunidade ficou constatado que os alunos do PET possuem alto grau de rendimento quando comparado a outros alunos e que o programa gera impacto positivo na graduação e nas IES onde está instalado, o que subsidia o presente trabalho, uma vez que uma de suas propostas é a reflexão do rendimento dos alunos do PET quando comparado a outros alunos. Buscou-se, também, identificar o modelo de gestão do Programa e as ferramentas utilizadas pelo governo para implementação de suas políticas públicas, nesse caso particular, o PET. O Modelo democrático-nacional-participativo foi considerado o instrumento que melhor norteia a concepção do Programa e as ferramentas estruturais, observado seu contexto histórico, consideradas as mais utilizadas para o gerenciamento e desenvolvimento de suas atividades. A atividade do PET encontra-se em constante movimento e a qualidade que sua formação proporciona, representa uma grande possibilidade de se priorizar propostas que compartilhem de sua filosofia. A análise do Programa mostrou o grande potencial do PET de intervir na formação do aluno, na melhoria da graduação e na realidade da sociedade. A indissociabilidade do ensino e pesquisa, levados à comunidade na forma de extensão, é fundamental para o alcance dos objetivos estabelecidos para o Programa e conseqüentemente para o alcance dos objetivos estabelecidos para a própria Educação Brasileira.

Palavras-chave: Políticas Públicas Programa de Educação Tutorial
Governo

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Amostra dos alunos e professores do Relatório de 1998. | 35 |
| Tabela 2: Escala de percepção dos professores com relação ao Impacto do Programa sobre a Graduação..... | 36 |
| Tabela 3: Perfil dos alunos de graduação | 36 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- DEPEM – Departamento de Modernização e Programas Educação Superior
- ENADE – Exame Nacional do Ensino Médio
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
- INDEP – Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC – Ministério da Educação
- NUPES – Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior
- PAIUB – Programa de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras
- PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PET – Programa de Educação Tutorial
- PPA – Plano Plurianual
- REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades
- SEBRAE – Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SESu – Secretaria de Ensino Superior
- SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
- USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 | Formulação do problema | 12 |
| 1.2 | Objetivo Geral | 12 |
| 1.3 | Objetivos Específicos | 12 |
| 1.4 | Justificativa | 13 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 16 |
| 2.1 | Políticas Públicas | 16 |
| 2.2 | Modelos contemporâneos de universidade..... | 20 |
| 2.3 | Instrumentos de gestão intergovernamental | 23 |
| 2.4 | Contexto em que surgiu o programa | 27 |
| 3 | MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA | 30 |
| 3.1 | Caracterização do objeto de estudo..... | 30 |
| 3.2 | Procedimentos de coleta e de análise de dados..... | 32 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 33 |
| 4.1 | Avaliações do programa | 33 |
| 4.1.1 | Avaliação de 1997: O impacto do Programa Especial de Treinamento – PET na graduação. | 34 |
| 4.1.2 | Avaliação de 1998: Relatório da Comissão de Avaliação do Programa Especial de Treinamento..... | 37 |
| 4.2 | Modelo de gestão utilizado pelo Programa | 38 |
| 5 | CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | 43 |
| | REFERÊNCIAS | 45 |

1 INTRODUÇÃO

Tema frequente em campanhas, debates e políticas de desenvolvimento do país, a implementação de políticas públicas de cunho educativo são iniciativas relevantes para essa construção. De acordo com o Plano Nacional da Educação – PDE, a concepção de educação reconhece um processo dialético que se estabelece entre indivíduo e sociedade e objetiva a construção de autonomia, através da capacidade crítica e criativa frente às diversas perspectivas espalhadas pela sociedade. Em sentido social amplo, o Estado torna-se responsável pela educação formal pública, o que não se refere apenas a esta; mas, sobretudo, tem lugar na família, comunidade, nas interações sociais e em especial no trabalho.

Reduzir as desigualdades sociais e regionais é um dos principais desafios do Estado brasileiro e encontra-se compreendido em sua Constituição Federal como um de seus principais objetivos – o que faz com que a educação tenha um destaque ainda maior nesse contexto, uma vez que ela não só pode, como deve ser um importante instrumento nessa busca. A formação oferecida ao cidadão pelo Estado não pode ser tratada de maneira indiferente.

O presente projeto alude a esse contexto, especialmente ao Programa de Educação Tutorial – PET, política pública voltada para o aprimoramento da educação, especificamente ao incentivo do tripé atribuído às Instituições de Ensino Superior: ensino, pesquisa e extensão. O Programa de Educação Tutorial, criado em 1979 no conjunto das iniciativas de fortalecimento do ensino superior brasileiro conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, teve sua gestão assumida pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC no final do ano de 1999. O projeto de lei do Plano Nacional da Educação para o decênio 2011-2020, enviado ao Congresso Nacional em dezembro de 2010 para aprovação, apresenta diretrizes e metas, seguidas de estratégias específicas de concretização, e estabelece em seu artigo 2º, como uma das diretrizes, a promoção humanística, científica e tecnológica. O PET – instituído nesse âmbito – foi criado para apoiar o papel da Universidade no que tange suas funções institucionais, o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, e tem como objetivos:

Financiar alunos com potencial, estimulando e propiciando a estes, participação em atividades extracurriculares, de modo a favorecer ao acadêmico a integração no mercado profissional e o desenvolvimento de estudo em programas de pós-graduação, preparando um profissional que no futuro atuará de forma global no mercado de trabalho, transformando e lutando pelos interesses profissionais de sua classe (PETRILLI FILHO et al., 2001, n p. 91).

Formado por alunos e grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um professor tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementam sua formação acadêmica e atendem às necessidades do próprio curso de graduação. O professor tutor deverá possuir requisitos mínimos desejados e pode, excepcionalmente, ser detentor do título de Mestrado, sendo, entretanto, o Doutorado como regra. A seleção de alunos pressupõe alunos que estejam em diferentes estágios de andamento do curso, comprometidos a se dedicarem às atividades do Programa e com satisfatório grau de rendimento acadêmico. O estudante e o professor recebem apoio financeiro de acordo com a política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

No Brasil, existe uma estrutura responsável por desenvolver e executar as políticas de governo dividida por área, cada qual com sua respectiva finalidade, atendendo aos diversos segmentos da sociedade. Atualmente, segundo a SESu, o Programa conta com cerca de 400 grupos em Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, em todo país. São 4.274 alunos bolsistas e 400 tutores, um para cada grupo de pesquisa. A cada ano o Programa lança edital com mais 30 novas vagas.

O Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 traz metas crescentes de investimentos para o Programa, da ordem de R\$ 27.135.000,00, R\$ 30.391.200,00, R\$ 34.038,144 e 38.122.721,00 para os anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, respectivamente. O número de alunos atendidos também acompanha a evolução dos investimentos. O Programa de Educação Tutorial, tratado no PPA como atividade de treinamento especial para alunos de graduação de Entidades de Ensino Superior, encontra-se incluído no Programa Brasil Universitário, do mesmo documento.

O Órgão responsável pela implementação das políticas públicas relacionadas à educação superior no Brasil é a SESu. Porém verifica-se, na prática, que a formulação das políticas é, na maioria das vezes, a ela atribuída e referendada de ofício pelo Ministro da Educação. De posse dessas informações, o presente projeto se propõe a refletir a gestão do PET e analisar a sua contribuição como política pública voltada para o aperfeiçoamento de atividades de ensino e incentivo à

pesquisa e extensão. Uma vez verificadas as pontuações mencionadas, resta indagar se a estrutura oferecida ao Programa é suficientemente sólida para o alcance de seus objetivos. Caso a resposta seja afirmativa, seria, no mínimo, razoável que suas finalidades fossem plenamente atendidas. Caso seja negativa, pode-se questionar o motivo do não alcance das finalidades e as consequências dessa negação.

1.1 Formulação do problema

Em que medida o Programa de Educação Tutorial tem contribuído para a formação do aluno, a construção de conhecimento e sua contextualização com a sociedade? Os instrumentos utilizados na implementação do Programa demonstram-se adequados, pertinentes, concernidos aos seus objetivos?

1.2 Objetivo Geral

Analisar a contribuição qualitativa do PET, visando compreender o incentivo e a contribuição que o Programa traz para o tripé da universidade brasileira, qual seja, ensino, pesquisa e extensão.

1.3 Objetivos Específicos

- Identificar o modelo de gestão do Programa para depreender seus instrumentos de gestão;
- Analisar a contribuição do Programa para o aluno em relação aos alunos de outros Programas.

1.4 Justificativa

No intuito de se entender o funcionamento de um Programa tão abrangente e interessante, sobretudo do ponto de vista científico e pedagógico, e a partir de experiências vivenciadas quando do período de realização de estágio no Decanato de Ensino de Graduação (DEG), da Universidade de Brasília, faz-se adequado salientar a percepção de algumas lacunas no tocante à realização das várias atividades relacionadas à atuação dos atores envolvidos nesse programa.

A formação profissional alinhada à função social da Universidade na orientação do aluno é o principal propósito do Programa. Entretanto, ao longo dessa cadeia de processos, que se inicia com a formação de sua concepção, em sentido lato, e termina com a disseminação para o ente mais *strictu* da estrutura educacional, nota-se certo distanciamento ou, pelo menos, certa perda de eficiência na realização das atividades pertinentes a cada ente envolvido. A eficiência, eficácia e efetividade, objetos da Teoria da Administração Gerencial, cujo modelo foi tido como o grande idealista deste século e que se originou após a consolidação do sistema capitalista de produção, no final da década de 80, parecem não estar totalmente difundidas na sociedade brasileira.

A educação é constantemente alvo de calorosos debates e discussões. Por isso, deve-se atentar para a real importância do seu papel na sociedade. Frequentemente são criados jargões e outras tantas alusões à educação, como se ela fosse a “redentora” de toda a sociedade, como se através dela se conseguisse reduzir ou eliminar a maioria das mazelas sociais. É certo acreditar que isso é possível, porém com devidas ressalvas. Não se pode atribuir a tal instituto, um peso maior do que realmente lhe é cabido – o que normalmente se verifica. A sociedade é composta de vários segmentos, vários institutos e instituições; a educação é apenas mais uma delas que pode fornecer sua parcela de contribuição, e desse modo unificar forças para alcançar resultados satisfatórios tanto para a sociedade, como – consequentemente – para o país.

A relevância do tema se torna notória na medida em que ele faz parte do rol de políticas públicas implementadas pelo governo na tentativa de fazer prevalecer o bem comum – por meio de mecanismos criados para a materialização seus planos e planejamentos propostos. Segundo Pires (2007), embora a universidade seja

instituição secular, a prática da avaliação institucional é relativamente recente nas instituições dos países ocidentais e, ainda mais, naquelas dos países da América Latina.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi um marco no papel estratégico da avaliação e do monitoramento das reformas governamentais que estavam por acontecer. “Nas últimas três décadas a graduação, voltada para a função de formar profissionais para atuarem no mercado de trabalho, cresceu muito, em termos de alunos e professores [...]” (SAMPAIO 2000, p. 125). Porém, o crescimento não foi acompanhado de um processo de avaliação sólido e sereno. De acordo com Sampaio (2000), diferentemente do que aconteceu com a pesquisa e a pós-graduação, nesse período a ausência de uma política para a área de graduação foi compensada pela “imensidão” de normas e decretos que regulamentavam e sinalizavam o ritmo desejável de crescimento do sistema. Concomitantemente, Cunha (1997) compartilha do mesmo pensamento. Para este o autor, as reformas universitárias da década de 60, em especial a Lei nº 5.540/68 – que tratava de normas de organização e funcionamento do ensino superior – e a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foram o alicerce das novas políticas de graduação e pós-graduação no Brasil. Dessa forma, no início da década de 80, a pós-graduação já contava com o sistema de avaliação da CAPES que:

gozava de reconhecimento geral, apesar das críticas a respeito do viés quantitativista. A graduação, ao contrário, não dispunha de nada compatível. Faltava-lhe um mecanismo que pudesse apontar em que medida a reforma universitária realmente se efetivou, quais as vantagens alcançadas e quais os problemas enfrentados pelos diversos tipos de cursos e de instituições. (CUNHA, 1997, p. 22-23).

Entretanto, a partir de 1990, a gestão da graduação foi ganhando contornos um pouco mais rigorosos. O modelo de avaliação democrática proposto por reitores de Instituições de Ensino Superior públicas no então Programa Nacional de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileira (PAIUB) foi um exemplo bem sucedido de avaliação institucional no país à época. O PAIUB tratava-se de um projeto de avaliação interna e externa que pretendia apontar para a universidade Brasileira melhores rumos a serem perseguidos.

Fundamentada no objetivo de aprimorar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e do Governo das Instituições de Ensino Superior e sedimentada no compromisso social da Universidade, a avaliação se apresenta despida dos seus velhos "fantasmas". Participativa, voluntária, levando em conta as diferenças regionais e

a história de cada Instituição, a avaliação se coloca como um processo contínuo, sistemático e de construção de uma cultura de avaliação. (PROGRAMA... 1994, p. 6).

Desde então, tem se tornado frequente a adoção de mecanismos de mensuração dos resultados alcançados com as medidas adotadas. O Exame Nacional de Cursos – popularmente conhecido como “Provão” – foi, durante algum tempo, um modelo de avaliação frequentemente utilizado. Atualmente, as Universidades brasileiras contam com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: O ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações, entre outros aspectos.

O SINAES possui uma série de instrumentos complementares de avaliação, na qual se destaca o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) é o órgão responsável por organizar a documentação relativa à história e ao estado das orientações pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos.

Diante das informações apresentadas e, tomado pela curiosidade de aprofundar o estudo de algumas das políticas adotadas pelo governo, entendo como relevante o interesse pelo estudo do PET, especificamente, e suas reais contribuições à formação profissional do aluno e ao curso, bem como à sociedade. A análise de sua gestão fornecerá elementos que possibilitem uma crítica mais acurada acerca do seu projeto e sua proposta. Ademais, o presente projeto respalda-se pela produção de conhecimento e subsídios significativos para a reflexão de determinadas políticas públicas utilizadas como instrumentos do Estado, para desenvolver suas atividades essenciais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas

A função que o Estado desempenha na sociedade vem sendo constantemente transformada ao longo do tempo. Entretanto, com a consolidação da democracia e o desejo da sociedade em ver seus anseios dignamente atendidos, as responsabilidades do Estado intensificaram-se e diversificaram-se bastante. Em virtude disso, torna-se cada vez mais essencial a adoção de mecanismos capazes de transformar essas aspirações em realidades, seja por meio de um ou de outro caminho. Nesse sentido, cabe assinalar algumas considerações acerca do tema política pública.

Do ponto de vista histórico a área de políticas públicas contou com quatro grandes pensadores. O pioneiro Laswell (1936) inaugura a expressão conhecida como *policy analysis* (análise de política pública) como forma de estabelecer uma relação entre conhecimento científico e produção empírica bem como estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesses e governo. Simon (1957) apresentou o conceito de racionalidade limitada, porém essa limitação era compensada pela maximização da racionalidade até um ponto satisfatório, por meio da criação de estruturas que moldassem o comportamento dos agentes na direção dos resultados desejados; resultados estes de interesses impessoais. Lindblom (1959; 1979) refutou a análise essencialmente racional de seu antecessor Simon (1957), propôs a incorporação de outras variáveis à formulação de políticas públicas e entre outros aspectos as relações de poder, o papel das eleições, da própria burocracia racional, dos grupos de interesse etc. Finalmente, Easton (1965) propugnou política pública como um modelo sistêmico com entradas, processamentos e saídas associando-os com formulação, resultados e ambientes, onde os *inputs* dos partidos, grupos de interesses, entre outros, influenciavam os resultados e efeitos de sua implementação. Com base nesse histórico, poder-se-ia perguntar então, qual a definição exata de política pública? A resposta é que não existe uma melhor ou

única definição a seu respeito. Dye (1984) postula sua definição como o que o governo escolhe fazer e não fazer. Mead (1995), por sua vez, assevera que seja o campo de estudo da política que analisa o governo à luz das grandes questões públicas. Peters (1986) segue o mesmo viés afirmando-a como o conjunto de atividades dos governos, agindo direta ou indiretamente através de delegação, e que são capazes de influenciar a vida dos cidadãos. Percebe-se, assim, ser política pública um campo muito amplo e, de modo mais ou menos acentuado, geralmente repercutirá na economia, nas sociedades, no Estado e na política propriamente dita.

Segundo publicação de 1998, feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE/MG) em “Políticas Públicas: conceitos e práticas” é comum se afirmar, atualmente, que a função do Estado é promover o bem estar da sociedade. Para tanto, ele necessita desenvolver uma série de ações planejadas e atuar direta e indiretamente em áreas que ganham cada vez maior importância e notoriedade, principalmente em áreas como saúde, segurança pública, meio ambiente, etc. Para alcançar os resultados pretendidos e promover, efetivamente, o bem estar social, os governos utilizam-se das chamadas Políticas Públicas, que são o esteio de suas iniciativas e podem ser definidas como: “[...] um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade [...]” (POLÍTICAS PÚBLICAS... 2008, p. 5).

Conforme afirma Lowi (1964; 1972, apud Souza, 2006), dentro do campo específico da política pública foram desenvolvidos alguns formatos dentre os quais alguns se destacam:

- Políticas distributivas: decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados e se traduz em impactos mais individuais que universais, privilegiando determinados grupos sociais em detrimento de outros, com pequeno grau de conflitos;
- Políticas regulatórias: envolvem burocracia, política, grupos de interesse etc.; podem ser facilmente evidenciadas em ações de intervenção estatal por meio da regulação, definição de ordens, proibições, regulamentações;
- Políticas redistributivas: impõe claras perdas a determinados grupos e ganhos incertos e futuros para outros, como, por exemplo, reformas da previdência,

tributária, etc. Atinge um número maior de pessoas e possui um potencial grau de conflito, dependendo intimamente da configuração política;

- Políticas constitutivas ou estruturadoras: ditam como serão as regras e condições em que se aplicarão as políticas distributivas, redistributivas ou as regulatórias.

Souza (2006) referencia o modelo conhecido por Incrementalismo como um tipo de política pública baseado em produções empíricas, onde os recursos destinados aos programas e ações do governo não partem do zero, mas sim de decisões incrementais fundamentadas em mudanças tênues nos programas públicos. Assim, as decisões seriam apenas incrementais e pouco substantivas. “[...] decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas nos programas governamentais” (SOUZA, 2007, p. 73).

Por sua vez, Frey (2000) advoga sobre a tipologia do Ciclo da política pública, a qual sugere a análise da política em cinco fases: (1) percepção e definição de problemas, (2) *agenda setting* ou identificação de alternativas, (3) elaboração de programas e decisão, (4) implementação de políticas e, por final, (5) a avaliação das políticas implementadas e suas eventuais correções.

Desenvolvido por Cohen, March e Olsen (1995), o Modelo denominado *Garbage Can* ou Múltiplo Fatores advoga que em determinadas situações a compreensão dos problemas e suas soluções são pré-determinadas e limitadas; não há muita discricionariedade por parte dos tomadores de decisões e as escolhas das políticas públicas vão depender da gama de alternativas que estarão disponíveis no momento.

Entretanto, na concepção de Sabatier e Jenkins-Smith (1993), o Modelo Coalizão de Defesa se contrapõe ao modelo dos ciclos e *garbage can*, pois entende que estes modelos têm pouca capacidade explicativa sobre as mudanças nas políticas públicas. Segundo estes autores, os valores e crenças são importantes espectros do processo de formulação de políticas públicas e, em geral, são ignorados pelos modelos anteriores. Supõe política pública como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articula com acontecimentos externos de cada política pública. Assim, cada subsistema integra uma política e compõe-se de

coalizões que se diferenciam pelos seus valores, crenças, ideias, recursos, entre outros.

Há ainda o Modelo conhecido como Arenas Sociais que pressupõe a política pública tanto como uma comunidade de especialistas, tanto como pessoas com determinadas demandas. Capella (2007, p. 76) afirma: “são cruciais para a sobrevivência e o sucesso de uma ideia, ou para colocar o problema na agenda pública”. Frey (2000) aponta que esse Modelo não trata de relações institucionais com distribuição de papéis, mas sim de relações informais, com a emergência de competências diversas. O foco está no conjunto de relações, vínculos e trocas entre entidades e indivíduos e não, nas suas características. As redes sociais, nesse modelo, oferecem o estudo de situações concretas e influenciam as ações e estratégias num *continuum* de construção e reconstrução.

O Modelo do equilíbrio interrompido ficou conhecido por ser apoiado em princípios da biologia e computação. Baumgartner e Jones (1999) conceberam um modelo em que longos períodos de estabilidade são interrompidos por momentos de rápidas mudanças. Dessa forma as políticas públicas podem passar por um período tanto de *status quo*, bem como por fases com alterações significativas.

Finalmente, os Modelos atinentes ao “Novo Gerencialismo Público”, sob forte influência do que se denominou de Nova Administração Pública (*New Public Management*), foram inspirados em reformas ocorridas em vários países na década de 80. O novo gerencialismo induziu a uma série de mudanças nas políticas públicas através de novos formatos, todos voltados para a busca da eficiência.

Em outras palavras, conforme Políticas públicas (2008, p. 5), políticas públicas são as metas, os programas, as atividades, o conjunto de normas e planos que os governos traçam para alcançar determinado objetivo com intuito de promover o bem estar da sociedade corroborar com algum teórico.

Segundo Myles e Hindriks (2006), para promover um maior bem estar social, o Estado pode prover, em determinadas situações, as atividades que a iniciativa privada, por si só, não consegue prover com eficiência para a sociedade. Nesse sentido, ressalta-se que o Estado pode atuar de modo a satisfazer as demandas essenciais de sua população, onde sua intervenção se faz necessária não somente em situações de ausência de autorregulação dos mercados, mas, principalmente,

em situações que propiciem à população as oportunidades necessárias à melhoria de sua qualidade de vida, à diminuição da desigualdade social e ao crescimento do país. Para tanto, são implantadas todos os anos diversas políticas públicas de cunho social, educacional, ambiental, etc.

Contextualizando, Höfling (2001), baseado pelo prisma educacional, assevera não bastarem ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos. Segundo o autor, ainda que esses elementos fossem fielmente observados, não seriam suficientes para caracterizar uma função política deste setor.

Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação. [...] Mais do que oferecer “serviços” sociais – entre eles a educação – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais. Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo “competitivo frente à ordem mundial globalizada”. (HÖFLING, 2001, p. 39-40).

Partindo dessa concepção, e convencidos de que as políticas públicas são instrumentos essenciais para as transformações desejadas, faz-se necessário pontuar o contexto em que se insere a educação superior contemporânea.

2.2 Modelos contemporâneos de universidade

Conforme enaltece Castanho (2000), os grandes acontecimentos do início do século XX foram, ressalvadas as proporções, fundamentais para uma profunda revisão no sistema de produção e nos valores políticos, sociais e culturais das sociedades ocidentais da época, sobretudo Estados Unidos e Europa. No sistema produtivo o Estado ganhou um papel fundamental de agente impulsionador do desenvolvimento, dadas as economias arrasadas pela segunda guerra mundial (1940-1945) e pela grande crise de 1929, fazendo emergir ali os primeiros indícios da arrancada das economias subdesenvolvidas. O grande dilema naquele momento era crer na

capacidade do Estado de dinamizar a economia capitalista e, ao mesmo tempo, promover o bem estar social através de políticas sociais. John Maynard Keynes foi o grande pensador do modelo que ficou conhecido como o Estado do Bem-estar social.

De acordo com Castanho (2000), o modelo democrático-nacional-participativo surgiu nesse contexto e desses marcos sociais e culturais. Esse modelo caracteriza-se pela democratização da universidade imbricada pela livre manifestação do espírito, pelo espaço encontrado para manifestação da cultura nacional e pela prática universitária, capaz de formar gerações que poderão empreender as mudanças necessárias para o desenvolvimento. No Brasil, o modelo foi adotado na euforia política causada pela queda de Vargas em 1945 e materializado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que se não o consolidou integralmente, o representou pela própria história de luta universitária que se dava naquele momento.

Segundo Lima (1997), ao mesmo tempo em que parece ser este um modelo relativamente recente, muito rapidamente se dá o seu desgaste, que ainda nem bem implantado – alguns países, como Portugal e Espanha o reconheceram tardiamente – já vê emergir, paralelamente, um novo que com ele disputa a hegemonia. A saber, o chamado modelo gerencialista, fruto do neoliberalismo.

O modelo, denominado neoliberal-globalista-plurimodal, assemelha-se ao democrático-nacional-participativo principalmente pela sintonia com as alterações no sistema produtivo e na forma de acumulação do capital. Ele surge no contexto do neoliberalismo e caracteriza-se pela produção globalizada, atingindo dimensões planetárias – nas quais os Estados perdem sua condição de agentes de desenvolvimento e controladores de sua própria economia, ora defendida pelo “antigo modelo”, e ganham traços neoliberais mais amplos, representados pela diminuição da intervenção estatal. A universidade, nesse contexto, se orienta para as exigências do mercado e são tidas como empreendimentos incentivados pela iniciativa privada, visando a atender, sobretudo, aos requisitos da eficiência gerencial, desprovida do compromisso eminentemente social, relegado às forças naturais de mercado. Sua pesquisa é voltada para o contexto mundial e não mais regional ou local. Finalmente, e senão a mais inovadora característica desse novo modelo, a universidade aqui, perde seu caráter universitário – a universidade quer deixar de ser universidade, pois nesse contexto se reveste não mais do caráter

pluridisciplinar tão peculiar que se lhe é atribuído, mas sim do aspecto eminentemente plurimodal; isto é, assume as mais variadas facetas, tantas quais forem necessárias para satisfazer as exigências do mercado. Conforme Castanho (2000), no Brasil, os ensaios desse modelo foram percebidos talvez na ditadura militar pós-1964, e mais fortemente com a aprovação da Lei nº 9.394 de dezembro de 1996 – a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – e suas posteriores legislações complementares.

Embora evidências demonstrem a sustentação teórica desse modelo, o modo de organização da educação brasileira permite concluir que o Brasil parece ainda não estar totalmente preparado para adoção de um modelo tão inovador e diverso de seu atual – participativo –, principalmente porque possui suas características diferentes e peculiares em relação aos países que o abarcam. Um artigo de Castro (1998), denominado Modelo de educação, reflete bem a realidade brasileira comparada à norte-americana, quando discorre acerca do modelo adotado pelos Estados Unidos.

Nesse sentido, é razoável clarificar a importância que o papel do tripé ensino, pesquisa e extensão representa no âmbito das universidades brasileiras. Calcado no modelo participativo, fundamentalmente utilizado no Brasil, a universidade deve participar da vida pública e pensar a realidade econômica, social e política de forma autônoma e sem confundir-se com aspectos de interesses particulares ou limitados à lógica metodológica; a crítica e a produção do conhecimento, a pesquisa da realidade, a tentativa de se solucionar problemas dos mais diversos teores e a implementação de soluções adequadas são algumas das ferramentas agasalhadas por esse modelo.

A educação, nesta perspectiva [...] Parte-se do pressuposto de que a produção de conhecimentos através da pesquisa exige a concorrência de diversos saberes, diversos olhares sobre a realidade, que somente podem ocorrer numa instituição multidisciplinar e que se volte, não apenas para o ensino, mas conjuntamente para investigação e extensão (CASTANHO, 2000, p.4).

2.3 Instrumentos de gestão intergovernamental

Durante algum tempo as discussões sobre os instrumentos de gestão intergovernamental concorriam para opiniões que, por muitos anos, pareceram irretocáveis. A suposição era de que essa gestão concentrava-se em relações verticais e, ocasionalmente, em relações horizontais entre níveis de governo. Segundo Peters e Pierre (2003), as literaturas iniciais que desenvolveram esse quadro de referência supunham que abordagens tradicionais à autoridade institucional permaneceriam. Entretanto, embora grande parte da literatura tenha suposto tal cenário, ela própria se moveu em direção à outra abordagem, mais horizontal e menos hierarquizada. As estruturas estabelecidas pelos pioneiros em gestão intergovernamental é a base para uma visão mais contemporânea do tema. Todavia, mudanças que ocorreram nos anos subsequentes criaram um conjunto de condições diferenciadas de gestão intergovernamental que estabeleceram um contexto necessário para discussão dos instrumentos relevantes para atuação do governo.

O desenvolvimento inicial da gestão intergovernamental representou o reconhecimento de que muitas políticas e programas requeriam atividades que ultrapassassem um único nível de governo, levando assim a uma multiplicidade de programas e políticas relacionadas nos mais diversos níveis governamentais. Dessa forma, a partir das necessidades de novas habilidades gerenciais, exigidas por um novo Modelo de Gestão Pública faz-se fundamental que as alianças sejam estabelecidas, quer sejam em níveis verticais, quer em níveis horizontais. Dada a complexidade de vínculos que se formam com essa nova configuração estabelecida, é essencial que um conjunto de instrumentos seja utilizado para moldar as relações de trabalho mais efetivas entre os atores governamentais. De acordo com Peters e Pierre (2003), quatro categorias de instrumentos são de particular interesse:

- Estruturais;
- Programáticos;
- Pesquisa e construção de capacidade;
- Comportamental.

Segundo o autor mencionado, os instrumentos Estruturais relacionam-se a questões eminentemente estruturais e representam relações formais, padrões de autoridade e

liderança, regras, políticas e regulamentos, mecanismos para diferenciação e integração de papéis, tarefas e relações formais. Esse tipo de instrumento pode ser representado por algumas ferramentas, tais como:

- **Reorganização:** são ferramentas representadas por relações formais construídas e reformadas no desenho e redesenho das organizações. O redesenho ou reorganização é uma ferramenta capaz de estabelecer quaisquer tipos de configuração formal de programas relacionados, afetando desse modo as relações em todos os níveis, principalmente horizontais.
- **Comissões:** do mesmo modo, são ferramentas que podem ser usadas para quaisquer quantidades de propósitos intergovernamentais. São frequentemente ferramentas de integração horizontal, mas muitas vezes parecem deslocar o poder para um nível centralizado.
- **Coordenação:** são sinônimos da abordagem estrutural. Os mecanismos de coordenação auxiliam na integração estrutural. Embora, seja passível de discussão, supõe-se que o aumento da coordenação e da eficiência facilitará administrar tanto as relações intergovernamentais horizontais como as verticais. Aplicados corretamente como ferramentas intergovernamentais, os mecanismos formais de coordenação entre órgãos podem fortalecer as relações horizontais. Ao mesmo tempo, podem tanto fortalecer níveis mais baixos pelo desempenho dos programas como empoderar atores nesses níveis mais baixos de forma que eles possam melhorar o desempenho.
- **Desregulamentação:** Regras, políticas e regulamentos são instrumentos para controlar as relações intergovernamentais, para aumentar o *accountability* e reduzir a autonomia. A desregulamentação, conseqüentemente, balança o pendulo para outra direção.
- **Delegação de poderes:** São ferramentas estruturais com as quais o governo nacional pode delegar poderes a outros entes ou com os quais esses entes podem delegar poder a outros, e assim sucessivamente. Quando usadas, portanto, a delegação e a descentralização deslocam o pêndulo em direção à autonomia. O uso dessa ferramenta envolve passar a autoridade para unidades locais.
- **Regulação e Supervisão:** A regulação é por si só uma ferramenta intergovernamental estrutural. A supervisão pode ocorrer no lado do insumo, do

processo ou do produto dos programas. Os requisitos de entrada geralmente especificam a forma e os elementos do projeto do programa. Os requisitos do processo incluem elementos incorporados para assegurar *accountability*. Os requisitos de avaliação são impostos pelo mandato legislativo ou administrativo. Dependendo de onde está a avaliação, ela pode ser vista como uma ferramenta de gestão necessária para tomada de decisões inteligentes ou como uma intrusão injustificada na discricção da gestão.

Conforme assevera Peters e Pierre (2003), os instrumentos Programáticos são uma categoria de ferramentas que envolve a aplicação dos recursos e o redesenho de programas e de tipos de subsídios. São elas:

- **Concessão de subsídios mais amplos:** Os subsídios são o tipo mais direcionado de financiamento governamental. De acordo com Peters e Pierre (2003), nos Estados Unidos, os subsídios em bloco para cumprimento da lei, emprego e treinamento, desenvolvimento da comunidade e serviços sociais foram aprovados, o que fortaleceu a autoridade dos funcionários locais e regionais ao lidar com os concessores governamentais nacionais. Embora essas abordagens de gestão intergovernamental pareçam ter visões bastante radicais, elas resultaram em mudanças incrementais no sistema utilizado pelo governo norte-americano, porque os procedimentos existentes estavam bem arraigados e não foram facilmente modificados.
- **Parceiros:** envolve estabelecimento de prioridades, o fornecimento de incentivos nos níveis mais altos do governo e permissão de que outros ajam para alcançá-las. As parcerias envolvem o governo nacional, regional, local e o setor privado em várias atividades.
- **Colaborações:** Envolvem concessão de fundos de um ente a outro com o intuito de trabalharem juntos e de compartilharem recursos. A colaboração baseia-se na ideia de que um órgão apenas não responde adequadamente às necessidades apresentadas por determinada classe ou grupos. Assim, ela prevê a união entre tais órgãos de modo que estes se sujeitem a concessões, um em detrimento do outro, e nesse sentido, combinem recursos, planejamento conjunto e avaliação de novos serviços.

Ainda, segundo o mesmo autor, os instrumentos de Pesquisa e Construção de capacidade se incumbem de capacitar os responsáveis para a realização de suas atividades. Não basta apenas delegar, descentralizar ou empoderar. É necessário tomar as medidas para construir maior capacidade de gestão em todos os níveis possíveis, a saber:

- Pesquisa: é a ferramenta cujo objetivo é ajudar as pessoas a compreender a natureza dos acontecimentos, gerando soluções para os eventuais problemas identificados. Na medida em que a pesquisa gera conhecimento, ela aumenta significativamente a capacidade de argumentação e negociação entre os atores intergovernamentais.
- Construção de capacidade: Conforme acentua Peters e Pierre (2003), é uma das ferramentas de gestão intergovernamentais mais utilizadas. Envolve esforços em todos os âmbitos, sejam locais, regionais ou nacionais. É a capacitação dos funcionários para administrarem programas de maneira autônoma. De acordo com o autor, existem duas maneiras pelas quais a construção de capacidade e fortalecimento do Estado constituem ferramentas de gestão intergovernamental. Na primeira, faz sentido que o concesso assegure aos beneficiários da capacitação, as condições para que tenham as habilidades e capacidades necessárias para administrar os subsídios. A segunda, ajuda a garantir o *accountability* por meio do desenvolvimento da habilidade de gestão que facilita a conformidade com requisitos mínimos.

Por fim Peters e Pierre (2003) assinalam os instrumentos Comportamentais como os instrumentos responsáveis por criar condições de negociação, comunicações individuais e de grupo, e processos de gestão de conflito. São fundamentais para o governo, determinam, sobretudo, o perfil das relações que se pretende estabelecer com ou outro órgão e tem como representantes:

- Gestão de conflitos: Importante salientar que o conflito não deve ser visto de uma maneira negativa. O conflito muitas vezes é necessário. Não importa qual seja a atuação governamental, sempre haverá indício de conflitos. A questão, então, é não tentar evitar ou suprimir o conflito, e sim administrá-lo na direção dos fins mais produtivos. Entretanto, os conflitos são determinados e condicionados aos contextos em que eles se inserem. Sua prevenção requer atenção à construção de consenso entre as áreas políticas ou programáticas; pode adotar uma

abordagem negociada em vez de decidir unilateralmente sobre determinado assunto.

- **Comunicação Individual:** São características essenciais que os gestores devem possuir para saber administrar os conflitos. Envolve empatia, saber delegar, administrar conflitos e, em especial, capacidade de construir consenso.
- **Comunicação Grupal:** Muito importante para formar opinião. Possui grande poder de persuasão e adesão, além de fornecer um meio para os atores governamentais coletarem informações e formarem ideias que mais tarde podem se tornar políticas. Geralmente são representados por algum de seus membros e possuem ideais particulares que os identificam.

2.4 Contexto em que surgiu o programa

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Título VIII, Capítulo III, seção I, art. 205, a educação, direito de todos e um dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao plano de desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim, ela reflete o anseio do Brasil em estabelecer o bom funcionamento das relações em sua sociedade. A Constituição Federal Brasileira é bastante detalhista e tenta abarcar a maioria dos aspectos relacionados ao bom funcionamento da sociedade. A educação, nela constituída como aspecto social, é um dos principais pilares para a conquista de seus objetivos fundamentais explicitados em seu artigo 3º.

A conquista de uma sociedade livre, justa e solidária, do desenvolvimento nacional, da erradicação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais, está intimamente ligada a essa função social por meio do acesso a educação e produção de conhecimento. Para atingir tais objetivos, os representantes da sociedade se utilizam das titularidades a eles conferidas, mediante o planejamento das políticas públicas, diretrizes, objetivos, metas, atividades e ações inerentes aos interesses da sociedade.

Como fruto da introdução dessas medidas, o PET foi criado com a proposta de inserção social e aperfeiçoamento intelectual dos estudantes de graduação. As raízes de seu nascituro estavam previstas na Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, que instituía o então Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP) em seu Art. 2º, p.1, com a redação do seguinte texto: “O INDEP tem por finalidade captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudo, observadas as diretrizes do planejamento nacional da educação”.

No entanto, somente anos depois, em 1979, foi criado o Programa Especial de Treinamento, precursor do atual PET. Criado pela CAPES, o PET esteve a ela vinculada desde sua criação até o ano de 1999, quando foi assumido pelo Ministério da Educação. Após sucessivas tentativas de extinguir o programa, com alegações de que ele se tornara muito oneroso aos cofres públicos, regulamentado pela publicação da Lei 11.180 de 23 de setembro de 2005, o nome do programa foi alterado para Programa de Educação Tutorial.

O período em que o PET esteve sob a gestão da CAPES foi importante e suficiente, entre outros aspectos, para revelar a qualidade acadêmica do programa e demonstrar a unidade de seus integrantes, estudantes e professores, na mobilização nacional para evitar a sua, então, anunciada extinção. Durante o período inicial no Departamento de Modernização e Programas de Educação Superior – DEPEM da SESu, o PET enfrentou diversos problemas na sua manutenção. A mudança provocada pela saída da CAPES trouxe a necessidade de se repensar o programa frente aos novos desafios que se estabelecera para a educação superior naquele determinado momento. Segundo Martins (2007), a partir de março de 2005, o DEPEM, apoiado nas experiências decorrentes do processo histórico vivido pelo PET até então, empenhou-se em assegurar os meios e a definir os instrumentos necessários ao aprimoramento e à expansão do programa.

Nesse contexto, destacam-se a Lei 11.180 de 23 de setembro de 2005, e a portaria nº 3.385, também de 2005, como instrumentos normativos que imprimiriam um novo formato ao programa ao mesmo tempo em que aumentavam o seu caráter institucional. O atual Manual de Orientações Básicas do programa, ancorado em suas diretrizes e objetivos, orienta as atividades e estabelece o objetivo geral do Programa. Este Manual salienta a necessidade de se promover a formação ampla e

de qualidade acadêmica dos alunos de graduação envolvidos direta ou indiretamente com o programa, estimulando a fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social e a melhoria dos cursos de graduação.

Quanto à avaliação, o programa conta com mecanismos periódicos de avaliação de conteúdo acadêmico das atividades de cada grupo PET, que geralmente são realizados anualmente e utiliza-se de diversos relatórios de planejamento e avaliação dos envolvidos no programa. Essa avaliação é feita 360 °, ou seja, não se limita apenas ao crivo dos órgãos deliberativos, e sim a todos os que, de alguma forma, se encontram envolvidos com o PET. Entretanto, segundo a INFOCAPES (1998), embora tais mecanismos sejam periódicos, durante muito tempo – cerca de 20 anos – o PET se viu carente de uma avaliação sistemática do impacto do Programa sobre a graduação e sua contribuição acadêmica para a dinâmica dos cursos de graduação. Com o intuito de realizar um primeiro estudo sobre a contribuição do PET para a graduação, a CAPES contratou o Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior (NUPES) da Universidade de São Paulo (USP).

O estudo em questão foi realizado ao longo do segundo semestre de 1997, sob minha direção. Foram duas as questões que nortearam a realização do estudo: primeiro, mapear a contribuição do Programa aos cursos de graduação, na ótica dos professores e alunos desses cursos; segundo, reunir indicadores das atividades acadêmicas dos alunos de graduação não bolsistas do PET, visando estabelecer a contribuição do PET para o enriquecimento da vida acadêmica desses alunos (INFOCAPES, 1997, p. 7).

Finalmente, ao versar sobre o Programa, Neves (2005) assevera:

O PET é um programa complexo e completo e não pode ser avaliado apenas pelo número de pessoas que atinge diretamente. Como Programa institucional e de longa duração o PET melhora o desempenho global do curso no qual se insere, tanto no que tange à eficiência na formação dos estudantes quanto no que se refere à maior produtividade dos professores, mesmo que não estejam diretamente envolvidos no Programa. Como uma das prioridades do país, no âmbito educacional, é melhorar a formação superior – Graduação –, um dos mecanismos mais eficazes, instalados no momento, é sem dúvida o Programa Especial de Treinamento (NEVES, 2005, p. 14-15).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Este capítulo apresenta a forma como a pesquisa – qualitativa – foi realizada. O tipo de pesquisa utilizado foi o descritivo, o qual, segundo GIL (2002), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Segundo o mesmo autor, algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a relação dessas relações. geral da pesquisa; caracterização da Instituição a ser pesquisada; caracterização da população e amostra; caracterização dos instrumentos de pesquisa; e descrição dos procedimentos de coleta e de análise. Ademais, é classificada como uma pesquisa qualitativa, pois, conforme Richardson (2007, p. 90):

a pesquisa qualitativa pode ser considerada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características de comportamentos. Essa preocupação por revelar as convicções dos entrevistados comum da etnografia, observação participante, pesquisa-ação, e os vários outros tipos de pesquisa qualitativa (RICHARDSON, 2007, p. 90).

3.1 Caracterização do objeto de estudo

O objeto de estudo é o Programa de Educação Tutorial, um programa nacional do Ministério da Educação, hospedado na Secretaria de Ensino Superior, fruto da materialização das políticas públicas implementadas pelo governo federal. O PET é um programa de concessão de bolsas de iniciação científica a alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas nos cursos da graduação das Instituições de Ensino Superior (IES). Segundo o Manual de Orientações do PET, as atividades que compõem o Programa têm o objetivo de garantir aos alunos do curso participante oportunidades de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, visando a sua formação global e favorecendo a formação acadêmica, tanto para integração no mercado profissional quanto para o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação. O Programa de

Educação Tutorial constitui-se, portanto, em uma modalidade de investimento acadêmico em cursos de graduação que tem sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais.

Ainda, segundo o Manual, o PET é um programa de longo prazo que visa realizar, dentro da universidade brasileira, o modelo de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Ademais, além de um incentivo à melhoria da graduação, o PET pretende estimular a criação de um modelo pedagógico para a universidade, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira LDB. Dessa forma o PET possui diversos objetivos, dos quais vale citar alguns, a saber:

Objetivo Geral: Promover a formação ampla e de qualidade acadêmica dos alunos de graduação envolvidos direta ou indiretamente com o programa, estimulando fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social de todos os participantes e a melhoria dos cursos de graduação.

Objetivos específicos:

- Formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior do país;
- Estimular a melhoria do ensino superior brasileiro por meio do desenvolvimento de ações que visem integrar o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando à formação de um profissional crítico e atuante, orientada pela cidadania e pela função social da educação superior por meio da discussão de temas éticos, sócio-políticos, científicos e culturais relevantes para o país, para o exercício profissional e para a construção da cidadania, etc.

O PET organiza-se administrativamente por meio de um Conselho Superior, de Comitês Locais de Acompanhamento e de uma Comissão de Avaliação.

O Conselho Superior tem a seguinte composição:

- Secretários de Educação Superior;
- Diretor do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior – DEPEM/SESU/MEC;
- Coordenador do PET na SESu/MEC;

- Representante da Comissão de Avaliação;
- Representante dos alunos integrantes do PET;
- Representante dos professores tutores;
- Representante dos Pró-Reitores de Graduação.

Os Comitês Locais de Acompanhamento, constituídos em âmbito local – nas IES – são compostos por tutores, professores conhecedores do Programa e estudantes bolsistas PET.

A Comissão de Avaliação é composta pelo Diretor do DEPEM/SESu/MEC, pelo Coordenador do PET na SESu/MEC e por oito membros, na qualidade de consultores externos, representando as seguintes áreas: Ciências Agrárias; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Letras e Artes.

3.2 Procedimentos de coleta e de análise de dados

O procedimento utilizado foi o levantamento exaustivo dos documentos susceptíveis de oferecer informações necessárias ao estudo; estabelecimento de suas leituras, operacionalizando e sistematizando suas ideias, observando sua adequação à temática; Analisar cuidadosamente os elementos levantados e buscar entender seus sentidos; E, finalmente, indagar as condições que cerceiam todo o funcionamento do Programa bem como sua concepção. De posse desse constructo, espera-se que o projeto esteja apto a responder precisamente á determinadas perguntas que eventualmente possam surgir acerca do programa, bem como realizar inferências que proporcionem um maior enriquecimento ao debate acerca do tema. Conforme assevera Bardin (1977), as fases da análise do conteúdo organizam-se cronologicamente em pré-análise e análise do material, tratamento dos resultados, seguidos da inferência e a interpretação. Assim sendo, o estudo pressupõe todos os elementos e estágios estabelecidos para conseguir elaborar uma pesquisa que se demonstre adequada e pertinente aos objetivos propostos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os argumentos e as opiniões acerca da real contribuição do programa na formação do aluno, bem como o(s) modelo(s) apropriados pelo Programa para implementar suas propostas e propósitos. Primeiramente são apresentadas as avaliações realizadas, onde são comparados alunos do PET com alunos de outros programas e alunos não participantes de nenhum programa e posteriormente são discutidos aspectos do Modelo de gestão predominantemente utilizado pelo Programa de acordo com o tipo de política instaurada para o PET.

4.1 Avaliações do programa

Segundo Martin (2005), em 1984 foi realizada a primeira avaliação do PET. Os resultados, à época, se mostraram satisfatórios, pois demonstraram o reconhecimento do aumento do desempenho acadêmico dos bolsistas por parte dos tutores e o reconhecimento dos próprios bolsistas em relação ao seu progresso cultural e intelectual. Esses dados foram relevantes para subsidiar a Proposta de Reformulação do então Programa Especial de Treinamento que se estabeleceu naquele momento. Além desta Avaliação Interna de 1984, o PET passou por outras duas avaliações externas. A primeira realizada pelo Núcleo de Pesquisas da Nupes, encomendada pela CAPES e a segunda por uma comissão constituída pela CAPES, no ano seguinte.

Quanto à trajetória profissional e acadêmica dos egressos deste Programa, segundo Anechini (2004), muito pouca atenção tem sido dedicada a esta questão. Em um estudo publicado na 56ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso na Ciência (SBPC), a autora apresentou resultados de um estudo, cujo objeto era a investigação dos efeitos do PET na trajetória acadêmica e profissional de seus ex-bolsistas segundo avaliação dos próprios egressos. Os dados foram tratados com

questionários e outras ferramentas determinísticas de cunho descritivo. Os resultados apresentados foram os seguintes:

- a) O tempo de permanência dos alunos respondentes no PET foi de aproximadamente 26 meses;
- b) 75% dos entrevistados alegaram atuar no magistério, em detrimento de 55% que atuavam em profissões diversas;
- c) 65% dos entrevistados faziam ou fizeram algum curso de pós-graduação lato senso, enquanto 15% faziam ou fizeram um programa de mestrado e 20% não possuíam qualquer curso de pós-graduação;
- d) 90% dos ex-bolsistas avaliaram o PET como importante para a graduação e 80%, como importante para a carreira;
- e) 35% dos egressos não avaliaram positivamente a pesquisa para a trajetória acadêmica, pois acreditam que ela os auxiliou mais no aprendizado dos conteúdos do que na sua formação como pesquisador;
- f) As atividades de ensino tiveram pouca importância para a carreira de 40% dos ex-bolsistas, porém foram importantes para a trajetória acadêmica de 70% deles, o que se relaciona com a carreira docente;
- g) As atividades de extensão foram avaliadas como pouco positivas ou negativas em relação à carreira de 40% dos respondentes e para metade deles em relação à carreira acadêmica, o que sinaliza que elas pouco funcionaram com um espaço teoria-prática.

4.1.1 Avaliação de 1997: O impacto do Programa Especial de Treinamento – PET na graduação.

Em 1997, almejando identificar o impacto do Programa sobre a graduação e conseqüentemente sobre a formação do aluno, a direção da CAPES contratou uma avaliação externa, realizada pelo NUPES/USP, cujo trabalho foi realizado pela Prof^a. Dra. Elizabeth Balbachevsky. Essa avaliação utilizou-se de instrumentos de tratamento estatísticos para mensurar as informações coletadas e clarificar as informações prestadas por professores, professores tutores, alunos bolsistas e

alunos não bolsistas, dos cursos e departamentos onde estes grupos estão inseridos.

Tabela 1: Amostra dos alunos e professores do Relatório de 1998.

| Professores | Nº | Alunos | Nº |
|--------------------|-----|---------------|-----|
| Tutores | 59 | Bolsistas PET | 360 |
| Colaboradores | 119 | Bolsistas IC | 83 |
| Não ligados ao PET | 120 | Não bolsistas | 278 |
| Total | 298 | Total | 721 |

Fonte: Martin (2005)

A pesquisa analisa a contribuição do PET na medida em que investiga a opinião sobre como tais personagens percebem a interação entre o Programa e a graduação. Para tanto foram considerados:

- a) Perfis de professores tutores;
- b) A inserção do PET na vida departamental, ou seja, se o PET encontra-se institucionalizado dentro do departamento;
- c) O impacto do Programa para os alunos em geral, observando a contribuição dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos bolsistas aos alunos não bolsistas;
- d) O desempenho acadêmico dos alunos do PET em relação aos alunos de Iniciação Científica;
- e) A repercussão do PET entre os alunos da Universidade, isto é, o grau de conhecimento dos alunos não bolsistas.

Foi constatado que, em geral, a avaliação do grau de interação do PET com departamento e na graduação está condicionada ao grau de interação que o professor tem com o próprio grupo PET, sendo suas atividades percebidas como parte integrante do departamento.

[...] quanto maior o envolvimento entre bolsistas e professores, colaboradores ou não do programa, melhor a percepção das atividades dos grupos PET como parte integrante do departamento, isto é, a pesquisa indicou que o sucesso do grupo em ter suas atividades reconhecidas, depende da adotada pelo grupo (MARTIN, 2005, p. 18).

As respostas dadas pelos 298 professores permitiram a obtenção de uma escala de percepção do Impacto do Programa sobre a graduação, a saber:

Tabela 2: Escala de percepção dos professores com relação ao Impacto do Programa sobre a Graduação

| Percepção | % dos prof. |
|---|-------------|
| Consideram que o PET aumenta as atividades extracurriculares | 75,5% |
| Consideram que o PET aumenta o envolvimento dos Prof. com a graduação | 53,7% |
| Consideram que o PET melhora a convivência entre os professores. | 33,2% |
| Não percebem efeitos do PET sobre o ambiente acadêmico | 24,5% |

Fonte: Martin (2005)

Ao analisar a contribuição do PET sobre a atividade acadêmica dos alunos não bolsistas deste Programa, foi considerado seu universo de 361 alunos. As atividades extracurriculares foram as que apresentaram maior envolvimento de alunos de graduação.

O estudo em questão traz, ainda, a análise do perfil dos alunos PET quando comparados a alunos de iniciação científica, bem como alunos não bolsistas.

Tabela 3: Perfil dos alunos de graduação

| | Alunos PET (%) | Alunos IC (%) | Demais alunos |
|---|----------------|---------------|---------------|
| Média das notas acima de 8,5 | 54 | 26,5 | 20,6 |
| Já leram mais de 90% das leituras recomendadas | 54,7 | 31,3 | 23,1 |
| Frequentaram mais de 90% das aulas ministradas | 67,3 | 48,2 | 42,2 |
| Participaram de mais de cinco atividades extracurriculares ¹ | 41,8 | 28,9 | 23,1 |
| Apresentação de três, quatro ou mais trabalhos | 36,8 | 32,6 | - |
| Nunca participaram de atividade de extensão | 29,6 | 54,2 | 56,7 |
| Nunca tiveram qualquer trabalho publicado | 28,8 | 39,8 | 63,5 |

Fonte: Martin (2005)

¹ Seminários, congressos e reuniões científicas

Os dados apresentados demonstram que os alunos do PET possuem melhor desempenho, leem mais textos, têm maior participação nas atividades de extensão e têm maior produção científica que os próprios alunos de iniciação científica.

A frequência nas aulas também merece destaque por parte dos alunos do PET, uma vez que eles apresentam alta porcentagem de frequência e participação, como leituras, etc. Segundo pesquisa realizada:

O relatório conclui que os alunos PET se diferenciam dos demais porque "são mais estimulados a participar das atividades de seus cursos, frequentando as aulas, envolvendo-se nas disciplinas e participando em sala de aula", aspectos em que os alunos de IC não se diferenciam de alunos não bolsistas (MARTIN, 2005, p. 20).

4.1.2 Avaliação de 1998: Relatório da Comissão de Avaliação do Programa Especial de Treinamento

Segundo Neves (2005), uma comissão constituída de três professores tutores do PET, coordenadores de área, e três professores não envolvidos no Programa, visitou 16 IES selecionados aleatoriamente e espalhadas por todo país. Cada instituição foi visitada por um membro da comissão, acompanhado por um consultor *ad hoc*², somando uma representação de 45,4% dos grupos à época. A avaliação qualitativa foi realizada, sob o âmbito de quatro dimensões:

- Atividades permanentes e relevantes voltadas para a graduação;
- Atividades permanentes e relevantes voltadas para a pesquisa;
- Atividades permanentes e relevantes voltadas para a extensão;
- Impacto na grade curricular.

Foram atribuídas notas de um a cinco representadas por diferentes conceitos que variavam entre deficiente a excelente. Ao final, as quatro dimensões mencionada obtiveram sucesso em suas avaliações e a maioria dos grupos apresentou um desempenho compatível com os objetivos do Programa. Os resultados confirmaram as conclusões do estudo contratado pela CAPES. Aspecto relevante foi a melhora substancial do ensino nos cursos de graduação onde estão instalados e que

é o único programa institucional voltado para a graduação que trabalha no formato grupo, interdisciplinar, ancorado em alunos e professores e que recebe avaliação institucional e não individual,

² O consultor era um professor pesquisador sem vínculo como Programa e fora da Comissão.

demonstra ser um programa fundamental para implementação de ações voltadas para a comunidade, principalmente aquelas voltadas para o Ensino Fundamental e Médio, os “petianos” desenvolvem cidadania como alunos e como jovens brasileiros; aprendem a conduzir eventos acadêmicos; a promover oportunidades para o debate de questões da atualidade e a buscar soluções para demandas da comunidade externa (RELATÓRIO... 1998, apud NEVES, 2005, p. 21).

A conclusão enfatizou ainda a significativa evolução do desempenho global do curso tanto na formação do estudante quanto na maior produtividade do professor, mesmo aqueles não envolvidos diretamente com o Programa.

4.2 Modelo de gestão utilizado pelo Programa

Caso se observe o histórico institucional do Programa e toda sua trajetória até os dias atuais, talvez seja possível identificar sinais de um ou de outro instrumento que ao longo do tempo foram e ainda são utilizados como ferramentas do governo para melhor gerir o Programa, num ou noutro momento, assim como sua associação ao tipo de política pública utilizado. Antes, porém, faz-se devido pontuar, em especial, a Reforma Universitária de 1968 que foi um momento importante para reformulação da educação brasileira e produziu efeitos paradoxais no ensino superior. De acordo com Frauches (2007), a Reforma Universitária nasceu no seio do governo militar instaurada em 1964, cujo objeto era o estabelecimento de normas de organização e funcionamento da educação superior. Suas principais características foram, entre outras:

- Ensino indissociável da pesquisa;
- Assegurar autonomia às universidades;
- Modelo único de organização das universidades quer seja pública, quer seja privada;
- A extensão como instrumento para a melhoria das condições de vida da comunidade e participação no processo de desenvolvimento;
- Necessidade social como requisito para a autorização de IES;

Martins (2009) acentua que a Reforma foi justificada pela necessidade fundamental de modernização e expansão das instituições públicas, destacadamente as federais – atualmente um “novo” instituto foi criado com essa mesma concepção: Programa

de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A modernização de parte considerável das universidades federais foi sensível a todos, e gradativamente incorporou as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criar-se-iam ali, condições propícias para a articulação de atividade de ensino, pesquisa e, também, de extensão. Conforme mencionado, para Castanho (2000), o modelo predominante não só no Brasil, mas nas sociedades ocidentais é o modelo democrático participativo – embora já produza sinais de debilidade perante outros novos. Foi talvez no auge desse modelo e impulsionado pela Reforma Universitária que o PET foi concebido, sobretudo do ponto de vista estratégico, que estabelecia aspectos fundamentais sobre os quais o PET teria de se debruçar, seguindo o posicionamento que se estabelecera na época. Dessa forma, a estrutura do PET veio sendo construída e reconstruída gradativamente.

Para tentar depreender o modelo e os instrumentos de gestão do PET, será necessário explanar alguns pontos, fazendo uma retrospectiva do Programa.

O redesenho do programa não é algo inédito para os que bem o conhecem.

Conforme Dessen (1995), a primeira fase, denominada de fase experimental, vai de 1979 a 1985. A CAPES escolhia Universidades com Centros de Pesquisa e Pós-Graduação em desenvolvimento e as convidavam para formarem seus próprios grupos. Todavia, as condições que lhes eram oferecidas eram insuficientes e seu acompanhamento e controle eram precários. Em razão disso, sua direção chegou a propor desativação do Programa, à época. Em 1984, após uma avaliação interna que apresentou resultados satisfatórios atinentes ao Programa, a proposta de desativação culminou em fracasso.

A segunda fase foi de 1986 a 1989 e foi denominada fase da institucionalização. O PET passou a ser gerenciado pela Coordenadoria de Bolsas do país – CBP, da CAPES. O trabalho nesse momento foi de conscientização das IES sobre a importância dos grupos para as universidades. A institucionalização do PET foi oficializada com o surgimento do primeiro Manual de Orientações Básicas do PET em 1988, seguido de uma expansão formal do Programa. Nesse período os objetivos então estabelecidos foram satisfatoriamente atendidos, uma vez que, evidentemente, houve uma condução equilibrada e ordenada do Programa, com a criação de coordenações de áreas integradas por professores das respectivas áreas de conhecimento.

A terceira fase, 1990-1992, foi marcada pela expansão desordenada, visto que houve um crescimento expressivo no número de grupos, que, ao mesmo tempo, não foi acompanhado de infraestrutura adequada para manutenção de seu regular funcionamento. O número de grupos mais que triplicou em dois anos, o que levou a sérios problemas de gerenciamento por parte da CAPES, obrigando-a a realizar uma série de modificações como a reformulação de um novo Manual de 1991/1992, a saber, idade máxima de 22 anos para ingresso no programa, limite de tempo de permanência do bolsista no grupo, criação de prêmios para alunos que apresentassem destaque na graduação, entre outros.

A quarta fase, segundo Martin (2005), ficou conhecida como a fase da consolidação, momento em que houve uma reorganização do programa, reativação das coordenações de áreas, implantação de novos grupos e desativação de grupos com desempenho insatisfatório.

Este período foi marcado por uma atuação conjunta CAPES-Coordenadores de Área, com o intuito de restabelecer a produtividade e qualidade do desempenho dos grupos, em consonância com a concepção filosófica, objetivos, características, estrutura e funcionamento do PET (DESSEN, 1995, p 27-43).

A quinta fase ocorre entre 1995 e 1997 e foi denominada de fase da desestruturação interna com o lançamento de um novo Manual, que tão logo fora lançado, sofreu fortes críticas, uma vez que, segundo o então coordenador da CAPES, ele não condizia com a visão que a nova diretoria da CAPES, estabelecida em 1994, tinha para o Programa – durante a fase da consolidação houve uma ruptura na estrutura criada desde 1984 e alterações de natureza estrutural foram instaladas.

Novamente, nesse período, foi anunciada a abertura de novas propostas de criação de grupos que, no entanto, fora abordada com a justificativa da necessidade de se realizar ajustes econômicos do governo. Durante esse tempo a CAPES contratou consultoria externa da NUPES para realizar a avaliação do Programa, que foi, entre um ou outro aspecto, considerada positiva, em função das condições hora oferecidas.

Não convencida dos resultados constatados, foi realizada em 1998 uma nova avaliação, dessa vez interna e pela própria CAPES, que corroborou os resultados encontrados pela NUPES. Ao que tudo indica, a CAPES já sinalizava sua vontade de encerrar as atividades do Programa, com alegações questionáveis, uma vez que o PET vinha atendendo aos objetivos estabelecidos; em 1999, portanto, a CAPES

anunciou a extinção do Programa. Entretanto, não seria admissível que um Programa de tal envergadura fosse desativado sorrateiramente, sobretudo após enfrentar tantos desafios e apresentar desempenhos constantemente consideráveis. Nesse mesmo ano, após manifestações dos mais diversos segmentos da sociedade, o Programa foi amparado pelo MEC por meio de sua SESu e desde então o Programa passou a ser gerenciado por este Órgão, contando sempre com uma ou outra alteração de estrutura, mas sempre na direção desejada, visando atingir aos objetivos para os quais ele fora criado.

Após essa breve narrativa torna-se necessário contextualizar as ideias.

O PET funciona como instrumento que ultrapassa um único nível de governo, na medida em que através dele se estabelece uma multiplicidade de vínculos entre os mais diversos atores governamentais: MEC, CAPES, IES, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e assim por diante. Outrossim, a própria história do Programa demonstra, em suas várias fases, o quanto o PET passou por constantes reformulações, cujo grau não cabe aqui mencionar. Ademais, quando se volta para questões do tipo reformulações, desenhos, redesenhos, estruturações e reestruturações, que sempre acompanhou os passos do Programa, fica mais evidente que um dos instrumentos mais utilizados pelo governo para intervir na sua gestão parece ser de natureza Estrutural, com uma ou outra dose de outros como programáticos, comportamentais, etc.

Por ser um programa de governo, nascido e criado no seio da máquina estatal burocrática, tendo sido fortemente influenciado pela Reforma Universitária – que em essência traz a mudança em seu bojo –, não poderia deixar de ter o PET, elementos particulares, principalmente do ponto de vista estrutural, sendo, pois, regulamentado por lei, representado por relações formais, padrões de autoridade, diferenciação e integração de papéis. Nesse sentido, existe uma enorme quantidade de ferramentas das quais se pode estabelecer uma relação próxima com o Programa. São elas: reorganização, regulação, desregulamentação, supervisão e até mesmo ferramentas de natureza programática como concessão de subsídios, entre outras, que, se interpretadas de maneira inteligente, podem bem representar os mecanismos que o governo utiliza para melhor gerir o Programa. A seara de artifícios é grande e o governo tem conhecimento de vários deles; todavia, é preciso atentar-se para a tomada de decisões, que deve sempre ser norteada por princípios éticos e sensatos,

incidindo, portanto, na busca do instrumento mais adequado para, conseqüentemente, obter-se a melhor decisão.

Assim sendo, o Modelo democrático-nacional-participativo parece ser o mais adequado ao PET. Isto em razão da própria proposta e forma de amparo com que o programa foi implantando, uma vez que, conforme já mencionado, o PET contempla vários elementos que corroboram a aspiração desse modelo.

Finalmente, torna-se necessário assinalar que o PET se assemelha a filosofia da tipologia do Ciclo das políticas públicas abordada por Frey (2000), que supõe a existência de cinco fases no processo de implementação das políticas públicas. Nesse sentido, ao perceber a necessidade de se modernizar a educação brasileira por meio de um processo de reestruturação das universidades, percebe-se que o governo estava não somente identificando um problema (fase um), representado pela defasagem da educação hora oferecida, mas também identificando alternativas através das quais seriam realizadas as intervenções necessárias (fase dois). Na terceira fase – elaboração de programas e decisão – fica ainda mais evidente a associação do PET com o referido ciclo, na medida em que cria-se, ali, um Programa com as características desejadas para contribuir na busca pelos resultados propostos pela reestruturação. Sua implementação (fase quatro) e avaliação (fase cinco) ficam por conta da materialização do Programa em 1979 e suas referidas avaliações, periódicas e eventuais.

Além disso, o PET se enquadra como um programa de natureza distributiva, conforme advoga Souza (2006), uma vez que ele seleciona alunos que melhor satisfazem a requisitos determinados, busca impactar positivamente em suas vidas acadêmicas e profissionais, favorecendo um grupo determinado de alunos em detrimento de outros, intervém diretamente em uma realidade pré-estabelecida – o ambiente acadêmico e social – e, por meio de dessa intervenção e de suas atividades, procura transformar essa realidade para melhor.

Ademais, o PET apresenta baixo grau de conflito, na medida em que suas atividades são percebidas de maneira positiva pela maioria dos entrevistados e pela comunidade acadêmica – o que permite constatar o alto potencial do PET em contribuir para melhoria da universidade brasileira, apoiado pelo Modelo democrático-nacional-participativo.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A proposta inicial do presente trabalho foi, de maneira geral, realizar um estudo documental acerca da contribuição do PET para a graduação e para a vida acadêmica e profissional do aluno. A reflexão de vários documentos e elementos que circundam o programa foi fundamental para a realização do estudo, pois subsidiou fortemente os argumentos finais que serão neste momento apresentados.

Dessa forma, segundo o Manual de Orientações Básicas do PET, a ação em grupo e a dedicação ao curso permitem ao aluno desenvolver a capacidade de trabalho em equipe, facilitar a compreensão das características e dinâmicas individuais, assim como a percepção da responsabilidade coletiva de compromisso social. De acordo com Martin (2005), a inserção do grupo dentro do curso permite que estas capacidades se disseminem para os alunos do curso em geral, modificando e ampliando a perspectiva educacional de toda a comunidade. Este desenvolvimento terá uma interação dinâmica com o projeto pedagógico do curso, em processo de mútuo aperfeiçoamento.

Assim sendo, as discussões apresentadas e os resultados encontrados pelas Avaliações ora mencionadas, bem como os modelos assinalados por Castanho (2000) apontam para alguns direcionamentos:

- O PET parece ter maior abrangência que outros programas, como por exemplo, os programas de Iniciação Científica (IC), uma vez que abraça um número maior de atividades;
- As situações vivenciadas e os problemas enfrentados pelos alunos do PET são características que os diferem de outros alunos, pois lhes conferem uma maior amplitude de experiências para lidar com eventuais situações que possam surgir no decorrer de sua vida futura;
- As atividades do PET envolvem maior número de pessoas, o que se justifica exatamente pelo caráter mais amplo que lhe é atribuído;
- O Modelo democrático-nacional-participativo é ainda o modelo mais amplamente difundido na educação brasileira;
- Os instrumentos de gestão de governos atinentes ao programa são fundamentalmente de natureza estrutural.

Cabe destacar a considerável dificuldade enfrentada na realização destes levantamentos, em razão da exígua quantidade de informações disponíveis. Além disso, muito embora se conclua que o Programa atinge os objetivos propostos, o estudo mostra evidente a necessidade de maiores ajustes, sobretudo ajustes de natureza administrativa. O portal do MEC não oferece as informações necessárias para que se possam extrair conclusões mais acuradas. Nesse sentido, os artigos, estudos e livros disponíveis auxiliaram bastante, pois subsidiaram nas lacunas deixadas por este Órgão. Desse modo, ações devem ser desenvolvidas para difundir mais amplamente o conhecimento gerado pelo PET.

Não se pode limitar um Programa de tamanha importância para o desenvolvimento da educação brasileira. Para tanto, é necessário conscientizar seus próprios gestores da grande capacidade do Programa em contribuir para as transformações desejadas; e isso deve ser considerado em toda cadeia hierárquica, desde o nível mais alto até o nível mais baixo. Essa conscientização é fundamental.

Em suma, as considerações aqui assinaladas, bem como as recomendações propostas permitem refletir um pouco sobre a importância da análise das políticas públicas – nesse caso particular, política pública social voltada para educação – desenvolvidas pelo Estado. Entender seus elementos, suas finalidades, seus interesses e todo o ambiente que as consubstanciam é essencial para formar opinião, realizar inferências e o mais importante, produzir conhecimento.

Para questionar é necessário, antes de tudo, se fundamentar; e para se fundamentar é necessário, do mesmo modo, pesquisar, estudar e tentar cercar-se de todas as informações relevantes.

A curiosidade é instigante. Por meio dela torna-se possível indagar o motivo dos mais diversos acontecimentos ou situações. O que se pretende, aqui, é semear nas pessoas, essa capacidade. Assim, ao final de todo ciclo de elementos que essas indagações levam a produzir, restará o mais importante: a capacidade crítica; isso é fundamental a qualquer indivíduo.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. **Pesquisa e história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ALMEIDA, M. L. P. Tipos de pesquisa. In: ALMEIDA, M. L. P. **Como elaborar monografias**. 4 ed. rev. e atual. Belém: Cejup, 1996.

ANNECHINI, G. Análise do impacto do Programa Especial de Treinamento (PET) na trajetória acadêmico-profissional de seus ex-bolsistas. 53ª Reunião Anual da SBPC, Cuiabá, MT. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/site/eventos/mostra.php?id=501&secao=288>. Acesso em 01/07/2011.

BAUGARTNER, Frank e JONES, Bryan. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press. 1993

BRASIL, **Lei n. 11.653, de 7 de abril de 2008**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. Anexo I – Programas de Governo – Finalísticos. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=191&cat=155&sec=10>. Acesso em 22/06/2011.

BRASIL, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 22/06/2011.

BRASIL, **Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005**. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:P5KwH1vReKkJ:www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11180.htm+Lei+n%C2%BA+11.180+de+23+de+setembro+de+2005&cd=1&hl=en&ct=clnk&source=www.google.com. Acesso em 22/06/2011.

BRASIL, **Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968**. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RAVEXjpY2YwJ:www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5537.htm+na+Lei+n%C2%BA+5.537,+de+21+de+novembro+de+1968&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&source=www.google.com.br. Acesso em 24/06/2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Poder Executivo, DF. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12226&Itemid=483. Acesso em 21/06/2011.

BRASIL, **Portaria nº 3.385, de setembro de 2005**. Dispõe sobre o Programa de Educação Tutorial – PET. Diário Oficial da União – República Federativa do Brasil, Imprensa Nacional, Seção 1, ed. Nº 189 de 30/09/2005. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12227&Itemid=484. Acesso em 25/06/2011.

BRASIL. **Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 31 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **INFOCAPES – Boletim Informativo da CAPES**, vol. 6, nº 2, CAPES, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Manual de Orientações Básicas**. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12228%3Aprograma-de-educacao-tutorial-pet&catid=232%3Apet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=480. Acesso em 25/06/2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras**. Brasília: SESu, 1994 p. 6.

CAPELLA, A.C. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

CASTANHO, S. E M. **Educação Superior no século XXI: discussão de uma proposta**. 23ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu – MG, 2000. GT 11 – Política de Educação Superior. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/23/trabtit1.htm#qt11>. Acesso em 24/06/2011.

COHEN, M., MARCH, J. e OLSEN, J. “**A Garbage Can Model of Organizational Choice**”, *Administrative Science Quarterly* 17: 1-25. 1972.

CUNHA, L. A. (1997, julho). **Nova reforma do ensino superior: a alógica reconstruída**. *Cadernos de Pesquisa*, (101), 20-47.

DESSEN, M. A. **O Programa Especial de Treinamento – PET: evolução e perspectivas futuras**. *Didática*, v. 30, p.27-43, 1995.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- Hall. 1984.

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

FRAUCHES, C. C. **A livre iniciativa e reforma universitária brasileira**. Disponível em http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=related:fql_fTAm6B0J:scholar.google.com/&um=1&ie=UTF-8&ei=gK4bTrPJDSj10gHBten7Bw&sa=X&oi=science_links&ct=sl-related&resnum=1&ved=0CBkQzwlwAA. Acessado em 02/07/2011.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas

Públicas, Brasília, 21: 211-59, 2000.

GIL, A. C. Como **elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, v.21, n.55, p.39-40, 2001.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superiores/sinaes>. Acesso em 23/06/2011.

KOLTERMANN, P. I. **Educação Tutorial no Ensino Presencial: a experiência do PET na UFMS.** Disponível em

http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet_texto_iv.pdf. Acesso em 20/06/2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LASWELL, H. D. **Politics: Who get, what, when, how.** Cleveland: Meridian books. 1936/1958.

LIMA, Licínio C. **O paradigma da educação contábil: políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal.** In: SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JR., João dos Reis (orgs.). Políticas públicas para a educação superior. Piracicaba, SP: Ed. UNIMEP, 1997, p. 23-62.

LINDBLOM, C. E. **The Science of Muddling Through,** Public Administration. Review 19: 78-88. 1959.

LINDBLOM, C, E. **Still Muddling, Not Yet Through.** Public Administration Review 39: 517-526. 1979.

MARTIN, M.G.M.B. o Programa de Educação Tutorial – PET: formação ampla na graduação. Ministério da Educação. Poder Executivo, DF. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12226&Itemid=483. Acesso em 01/07/2011.

MARTINS, C.B. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil.** Educação & Sociedade. Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS, I. L. **Educação Tutorial no Ensino presencial – Uma análise sobre o PET.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet_texto_iv.pdf. Acesso em 24/06/2011.

MEAD, L. M. **Public Policy: Vision, Potential, Limits.** Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MYLES e HINDRIKS, **Intermediate Public Economics**. London, England. Cambridge, Massachusetts. Massachusetts Institute of Technologic – The MIT Press, 2006.

NEVES, Marcos César Danhoni et al. **Reinventando a graduação – Os grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) da UEM**. 1. ed. Maringá; Massoni, 2005

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PETERS, e PIERRE, J. **Handbook of Public Administration**. London, Sage Publications Ltd 2003.

PETRILLI FILHO, J. F. O Programa Especial de Treinamento na formação do profissional de enfermagem do novo milênio: relato de experiência. **REVISTA LATINO-AMERICANA DE ENFERMAGEM**, Ribeirão Preto, vol. 9, nº 4, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692001000400016. Acesso em 21/06/2011.

PIRES, R. C. M. **Iniciação científica e avaliação na educação superior brasileira**. REXEM: REVISTA DE ESTUDOS E EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO. UCSC. Ed. Especial, vol. 1, nº 1, 2007. Disponível em http://www.rexe.cl/dwn/vol_esp_01_a_art_07.pdf. Acesso em 25/06/2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social – métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SABATIER, P. e JENKINS-SMITH, H. **Policy Change and Learning: The Advocacy Coalition Approach**. Boulder: Westview Press. 1993.

SAMPAIO, H. (2000). **Controle do estado, moldura legal e o setor privado**. En: Sampaio, H. Ensino superior no Brasil: o setor privado (pp.115-163), São Paulo: Fapesp, Hucitec.

SEBRAE/MG. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte. Série Políticas Públicas, vol. 7, 2008. Disponível em [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/\\$File/NT00040D52.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/$File/NT00040D52.pdf). Acesso em 02/07/2011.

SILVA, M. B. e GRIGOLO, T. M. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre: Sociologias, 2006.

SOUZA, C. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M. & MARQUES, E. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FOCRUZ, 2007.